

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: FAT = Fundo de Amparo ao Trabalhador; MTE = Ministério do Trabalho e Emprego; TCU = Tribunal de Contas da União.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Trabalho escravo: longe de casa há muito mais de uma semana

1 O resgate de trabalhadores encontrados em situação
degradante é uma rotina nas ações do Grupo Especial Móvel
de Combate ao Trabalho Escravo, do MTE. Desde que
4 iniciou suas operações, em 1995, já são mais de 30 mil
libertações de trabalhadores submetidos a condições
desumanas de trabalho. “Chamou-me a atenção o caso de um
7 trabalhador que há 30 anos não via a família”, lembra
Cláudio Secchin, um dos oito coordenadores das operações
do Grupo Móvel. Natural de Currais Novos, no Rio Grande
10 do Norte, José Galdino da Silva — Copaíba, como gosta de
ser chamado — saiu de casa com 10 anos de idade para
trabalhar no Norte. Nunca estudou. Durante 40 anos, veio
13 passando de fazenda em fazenda, de pensão em pensão,
trabalhando com derrubada de mata e roça de pasto. Nunca
teve a carteira de trabalho assinada e perdeu a conta de
16 quantas vezes não recebeu pelo trabalho que fez. Copaíba
nunca se casou nem teve filhos. “Não conseguia dormir
direito por não conseguir juntar dinheiro sequer para retornar
19 à minha cidade e rever a família”, relatou. Quando uma
fazenda no município paraense de Piçarras foi fiscalizada em
junho deste ano, Copaíba foi localizado pelo Grupo Móvel,
22 resgatado e recebeu de indenização trabalhista mais de
R\$ 5 mil.

Revista Trabalho. Brasília: MTE, ago./set./out./2008, p. 40-2 (com adaptações).

Acerca dos aspectos estruturais e lingüísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Empregam-se, no texto, alguns elementos estruturais da narrativa que, nesse caso, são fundamentais para a consolidação de sua natureza informativa e jornalística.
- 2 De acordo com as informações apresentadas no texto, Copaíba foi vítima do crime de trabalho infantil e não apenas do trabalho escravo.
- 3 A relação entre o título do texto e o seu conteúdo está baseada em referências espaciais e temporais que ligam o trabalho escravo à história de vida de Copaíba.
- 4 Infere-se do texto que as relações de trabalho análogas ao trabalho escravo no Brasil diminuíram muito a partir de 1995.
- 5 Com o emprego da locução verbal “veio passando” (ℓ.12-13) e a forma verbal “trabalhando” (ℓ.14), associadas ao conjunto do texto, reforça-se a idéia de que foi longo o tempo de exercício do trabalho escravo na vida de Copaíba.
- 6 O sinal indicativo de crase em ‘retornar à minha cidade’ (ℓ.18-19) é facultativo e a sua omissão preservaria os sentidos do texto e a correção das estruturas lingüísticas.

1 No Brasil, apesar da pressão do desemprego, que
tem atingido níveis altíssimos, a fiscalização do trabalho e a
justiça do trabalho estão empenhadas em uma luta para
4 preservar o direito do trabalhador ao emprego com registro,
tratando de coibir as formas atípicas de emprego,
especialmente a do trabalho cooperativado. As cooperativas
7 de trabalho são denunciadas como falsas, como pretensas
cooperativas, criadas unicamente para privar os
trabalhadores dos seus direitos legais. Apesar da ação
10 vigorosa de fiscais, procuradores e juizes do trabalho, o
número dos que gozam do direito ao emprego com registro
não cessa de diminuir. Na realidade, nem todas as
13 cooperativas de trabalho contratadas por firmas são falsas.
Um bom número delas são formadas por trabalhadores
desempregados, que disputam os seus antigos empregos
16 contra intermediadoras de mão-de-obra. Para elas, a perda
dos direitos já é um fato consumado e, se forem obrigados a
se empregar nas terceirizadas, possivelmente sofrerão, além
19 disso, acentuada perda de salário direto. Outras cooperativas
de trabalho são formadas por trabalhadores que estavam
assalariados por empresas intermediadoras e que preferiram
22 se organizar em cooperativa para se apoderar de parte do
ganho que aquelas empresas auferem a suas custas. Essas
considerações não pretendem indicar que a luta contra a
25 precarização é inútil, mas que ela carece de bases legais para
realmente coibir a perda incessante de direitos por cada vez
mais trabalhadores. O fulcro da questão é que ou garantimos
28 os direitos sociais a todos os trabalhadores, em todas as
posições na ocupação — assalariados, estatutários,
cooperantes, avulsos, terceirizados etc. — ou será cada vez
31 mais difícil garanti-los para uma minoria cada vez menor de
trabalhadores que hoje têm o *status* de empregados
regulares.

Paul Singer. *Em defesa dos direitos dos trabalhadores*. Brasília: MTE, Secretaria de Economia Solidária, 2004, p. 4 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens de **7 a 14**.

- 7 Infere-se do texto que, na atualidade, os direitos sociais dos trabalhadores brasileiros podem se transformar em privilégio garantido a poucos.
- 8 De acordo com o texto, existem formas diversas de trabalho cooperativado no Brasil atual: as cooperativas falsas — criadas para privar os trabalhadores de seus direitos legais —, as que são criadas por trabalhadores desempregados e as formadas por trabalhadores que optaram pela forma do trabalho cooperativado.
- 9 A luta da fiscalização e da justiça do trabalho “para preservar o direito do trabalhador ao emprego com registro” (ℓ.3-4) é inócua, uma vez que as formas atípicas de trabalho não cessam de crescer.

- 10 Caso se inserisse uma vírgula logo após “trabalhadores” (ℓ.20) o sentido expresso no trecho seria preservado.
- 11 O trecho “Um bom número delas são formadas por trabalhadores desempregados” (ℓ.14-15) expressa a idéia de que cada cooperativa falsa é formada por um grande número de trabalhadores sem emprego.
- 12 A utilização do verbo na forma reflexiva em “se empregar” (ℓ.18) enfatiza, nesse contexto, o sentido de que os trabalhadores têm liberdade de optar por trabalhar em empresas terceirizadas ou não.
- 13 As alternativas expressas entre as linhas 27 e 30 complementam o sentido do sujeito da oração “O fulcro da questão é” (ℓ.27).
- 14 O acento na forma verbal “têm” (ℓ.32) justifica-se porque o autor do texto se refere a todos os trabalhadores brasileiros.

Declaração de ministros do trabalho do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na Conferência Regional de Emprego

1 CONSIDERANDO:

(...) Que o desafio do MERCOSUL é colocar o emprego de qualidade no centro das estratégias de desenvolvimento, para construir instrumentos de intervenção relevantes para a inclusão social.

(...)

7 POR ISSO: OS MINISTROS DE TRABALHO, no marco da CONFERÊNCIA REGIONAL DE EMPREGO convocada pela Comissão Sociolaboral do MERCOSUL,

10 DECLARAM:

(...)

13 Art. 2.º Promover nos países-membros o desenvolvimento de políticas nacionais de emprego, orientadas prioritariamente em torno dos seguintes objetivos:

(...)

16 g) redução substancial das diferenças de gênero, promovendo a diminuição das disparidades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho, e impulsionando a coordenação de políticas de igualdade de oportunidades e de combate a todas as formas de discriminação no emprego;

(...)

22 Art. 9.º Os Ministros do Trabalho do MERCOSUL elevam a presente Declaração ao Conselho Mercado Comum, para seu conhecimento e consideração.

25 Buenos Aires, 16 de abril de 2004.

ARGENTINA

Dr. CARLOS A. TOMADA

28 Ministro do Trabalho, Emprego e Seguridade Social

BRASIL

Dr. RICARDO BERZOINI

31 Ministro do Trabalho e Emprego

URUGUAI

Dr. SANTIAGO PEREZ DEL CASTILLO

34 Ministro do Trabalho e Seguridade Social

PARAGUAI

Dr. JUAN DARIO MONGES

37 Ministro da Justiça e Trabalho

Na trilha de Salvador: a inclusão social pela via do trabalho decente. Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2004, p. 51-4 (com adaptações).

Quanto aos sentidos e aos aspectos estruturais e lingüísticos do texto acima, julgue os itens de 15 a 20.

- 15 O texto apresenta características formais que permitem classificá-lo como documento oficial.
- 16 É correto inferir que as propostas apresentadas nesse texto têm força de lei, o que implicou o seu cumprimento imediato no mundo concreto do trabalho nos países do MERCOSUL a partir de 16 de abril de 2004.
- 17 Os autores do texto consideram que o problema do desemprego é um desafio para o MERCOSUL porque eles partem do pressuposto de que as relações de trabalho de qualidade podem se desenvolver sem que sejam promovidas estratégias de inclusão social relevantes.
- 18 Infere-se do texto que, na Argentina, no Brasil, no Uruguai e no Paraguai, as relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho ainda apresentam disparidades quanto à oportunidade de emprego.
- 19 O emprego das maiúsculas em “MERCOSUL” (ℓ.2), assim como em outras palavras do texto, contraria as normas abonadas pela ortografia oficial da língua portuguesa.
- 20 A substituição da palavra “Sociolaboral” (ℓ.9) pela expressão **do Trabalho Social** manteria o sentido do vocábulo e estaria gramaticalmente correta.

Com relação a conceitos de informática e modos de utilização de aplicativos de navegação e correio eletrônico, julgue os próximos itens.

- 21 O Internet Explorer permite trabalhar *offline*, navegando-se em páginas armazenadas na pasta Meus documentos.
- 22 O *firewall* é um sistema antivírus que inibe a infecção de novos tipos de vírus. Para ser eficiente, o *firewall* deve ser atualizado frequentemente.
- 23 O Outlook Express é mais utilizado que o MS Outlook, por possuir mais funcionalidades, como calendário e agenda de tarefas.
- 24 Quando comparado com o Windows, o Linux possibilita maior velocidade de processamento, por permitir o gerenciamento de discos com maiores capacidades de armazenamento de dados.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Writer, julgue os itens a seguir, acerca de conceitos do BOffice e do Office da Microsoft.

- 25 A ferramenta  permite localizar e substituir textos no documento em edição.
- 26 Os dados da tabela mostrada podem ser transportados tanto para o Excel quanto para o Calc, e usadas para se criar um gráfico de barras.
- 27 Para se centralizar o título da tabela mostrada, é suficiente selecioná-lo e clicar o botão .
- 28 Para se inserir a data e a hora atual no documento em edição, é suficiente clicar na linha que contém o título e, em seguida, clicar o botão .
- 29 A ferramenta  disponibiliza opções para otimizar a tabela, permitindo, por exemplo, definir a distribuição de colunas de maneira uniforme.
- 30 Para se inserir sublinhado duplo no título da tabela mostrada, é necessário selecioná-lo, clicar a opção *caracter* do menu **Formatar**, clicar a guia *Efeitos da fonte*, selecionar a opção *Duplo* no campo sublinhado e clicar **OK**.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Pedro, que nasceu em Portugal há 28 anos e reside de forma permanente em Brasília há dois anos, não requereu a cidadania brasileira. Ele é servidor público federal e requereu a incorporação de quintos na sua remuneração por meio de processo administrativo, cujo requerimento foi efetuado em 1.º/6/2002. O pedido foi deferido em 7/7/2002, com base em parecer técnico, quando Pedro passou a receber a referida parcela em sua remuneração, após publicação do ato no Diário Oficial da União. No entanto, em 1.º/7/2007, o TCU instaurou tomada de contas especial para apurar a validade do ato que impôs a referida incorporação, com base em relatório de auditoria que apurou irregularidade nessa incorporação. Em 10/10/2008, o TCU determinou, por meio de acórdão do qual não cabe mais recurso, a exclusão da remuneração de Pedro da referida parcela, bem como a restituição de tudo o que recebeu indevidamente a esse título e a apuração da responsabilidade administrativa do servidor que autorizou o citado pagamento.

Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens de 31 a 40.

- 31 O acórdão do TCU, por não mais comportar recurso administrativo, não poderá ser impugnado judicialmente.
- 32 No sistema de governo presidencialista, a chefia de Estado e a chefia de governo são atribuídas ao presidente da República. O provimento de cargo público de Pedro é uma atribuição constitucional do presidente da República que se consubstancia no exercício de uma atividade típica de chefe de governo.
- 33 Na hipótese apresentada, operou-se a decadência do direito de anular o ato administrativo que incorporou os quintos na remuneração de Pedro, já que se ultrapassou o prazo de 5 anos entre a data da concessão do benefício, 7/7/2002, e a data do acórdão do TCU, 10/10/2008, sem que tenha havido, na espécie, qualquer interrupção no prazo.
- 34 O acórdão do TCU deve ser anulado, caso Pedro não tenha sido intimado para se defender.
- 35 Pedro poderia ocupar o referido cargo público, desde que houvesse reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- 36 Pedro poderia alistar-se como eleitor e concorrer a cargo eletivo como o de deputado federal, desde que houvesse reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- 37 O TCU integra o Sistema de Correição do Poder Executivo de que trata o Decreto n.º 5.480/2005.
- 38 A restituição da quantia recebida indevidamente poderá ser feita de forma parcelada, independentemente do número de meses, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 10% da remuneração de Pedro.
- 39 Está prescrita a pretensão punitiva da penalidade de demissão prevista para o servidor que autorizou o pagamento dos quintos.
- 40 Pedro, mesmo que preenchidos os demais requisitos legais, não poderia ocupar cargo público se estivesse em débito com a seguridade social.

Acerca dos direitos sociais e da ordem social, julgue os itens a seguir.

- 41 Caso uma clínica privada especializada em transplante de medula óssea pretenda estender os seus serviços para o atendimento à população carente, nesse caso, ainda que essa clínica integre o Sistema Único de Saúde, não poderá receber recursos públicos para auxílios ou subvenções se tiver fins lucrativos.
- 42 A assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas é um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais.
- 43 A criança e o adolescente têm direito à proteção especial, a qual abrangerá a vedação à admissão ao trabalho daquele que tiver menos de 16 anos de idade.
- 44 A promoção da integração ao mercado de trabalho é um objetivo da assistência social.

A sociedade de economia mista federal X, que tem por objeto a produção e comercialização de combustível e derivados do petróleo, tem uma subsidiária integral que foi criada para fornecer asfalto. Foi firmado convênio entre a citada estatal e certo estado-membro visando recuperar a malha rodoviária do estado, tendo sido acertado que a estatal iria fornecer uma certa quantidade de asfalto e o estado iria pavimentar as estradas com o seu próprio pessoal. Ocorre que, antes de se iniciar o serviço público de construção e reforma das estradas, o caminhão da referida sociedade de economia mista, que transportava o asfalto, colidiu com o carro de Maria, tendo derramado o produto, causando dano ao meio ambiente e a morte de Maria.

Com relação à situação hipotética acima descrita, julgue os itens subseqüentes, acerca da ordem social, da licitação e da responsabilidade civil do Estado.

- 45** O convênio de cooperação entre a sociedade de economia mista e o estado-membro foi irregular se firmado sem licitação.
- 46** Para que a sociedade de economia mista adquira o asfalto de sua subsidiária integral, há possibilidade de se dispensar a licitação, desde que o preço exigido seja compatível com o de mercado.
- 47** A sociedade de economia mista poderá ser responsabilizada penalmente pelo dano ambiental causado.
- 48** Pela morte de Maria, a responsabilidade civil da citada sociedade de economia mista será objetiva por força de preceito constitucional.
- 49** Caso uma empresa que já tenha fornecido asfalto para o citado estado-membro pretenda anular o contrato de programa firmado, ela mesma poderá, para tanto, ingressar com ação popular.
- 50** A empresa que fabrica asfalto não integra a administração pública indireta.

Considerando os preceitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item que se segue.

- 51** As ordens de superiores hierárquicos devem ser sempre atendidas, sem questionamento, em respeito à hierarquia nas relações de trabalho.

Julgue os itens a seguir, acerca de trabalho em equipe.

- 52** Mesmo que todas as barreiras tenham sido ultrapassadas e o grupo seja muito coeso e homogêneo, ainda assim existe a possibilidade de esse grupo tornar-se resistente a mudanças e a opiniões discordantes.
- 53** No que se refere ao trabalho em equipe, é correto afirmar que quanto mais cooperativos forem os membros de um grupo, maior será a efetividade deste grupo.
- 54** As equipes são vantajosas porque rompem a rigidez hierárquica das empresas baseadas em departamentos, facilitam o processo de comunicação interna e reúnem pessoas com conhecimentos de várias áreas, aproximando-as.
- 55** O trabalho em equipe sempre gera maior produtividade, pois pessoas trabalhando em grupo são mais eficazes que indivíduos trabalhando isoladamente.

As diversas situações que se apresentam no atendimento ao público requerem do servidor, cada vez mais, múltiplas competências. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 56** O percentual de atendimentos completos no primeiro contato e o tempo gasto nesse atendimento são as principais medidas técnicas para avaliação da qualidade do atendimento ao público.
- 57** No atendimento ao público, o tratamento das informações baseia-se predominantemente no diagnóstico das exigências da situação apoiado nos critérios estabelecidos pela instituição, os quais orientam a tomada de decisão.
- 58** Em virtude da variabilidade de opções, um servidor efetivo que atende ao público deve atuar preponderantemente como executor de rotinas, o que implica identificar situações e seguir instruções.
- 59** No atendimento ao público, a omissão voluntária de informação ao cidadão que dela necessite constitui falta ética e comportamento negativo no relacionamento entre atendente e cidadão.
- 60** A atividade de atendimento ao público compreende, entre outras, ações rotineiras como as de solicitação, identificação, cotejamento, pesquisa, registro, emissão, orientação e arquivamento de informações, o que requer do atendente paciência, tolerância e presteza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à evolução da administração pública no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 61** No século XVI, na colônia portuguesa, o emprego público ainda era atributo do nobre de sangue ou do cortesão protegido pelo rei. Para a investidura em muitas funções públicas, era condição essencial que o candidato fosse considerado homem fidalgo, de limpo sangue ou de boa linhagem. O conceito de homens bons, que incluía, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, e a burocracia civil e militar, agregava, continuamente, burgueses comerciantes.
- 62** No debate sobre a regulação no Brasil, na primeira metade da última década, algumas questões foram predominantes, como, por exemplo, a composição do colegiado dos órgãos reguladores. Uma das vantagens atribuídas aos colegiados com representação paritária e tripartite do governo, dos prestadores de serviços e dos usuários é a sua especialização e familiaridade com os assuntos em tela, o que preserva sua maior independência em relação aos interesses envolvidos.
- 63** À época da Assembléia Constituinte, a bandeira da descentralização fiscal foi vista como indispensável ao reforço da autonomia política de estados e municípios e à redução do poder de intervenção do governo federal. Um dos efeitos positivos da descentralização de atribuições consiste na reorientação das ações do governo central, menos voltadas para a administração de convênios e prestação de serviços, e mais orientadas para atividades de formulação de políticas, planejamento e controle.
- 64** No Estado patrimonial, a gestão política se confunde com os interesses particulares, ao passo que, no modelo burocrático, prevalece a especialização das funções, e a escolha dos candidatos aos cargos e às funções públicas é pautada pela confiança pessoal.
- 65** O Estado oligárquico, no Brasil, é identificado com a República Velha, e caracteriza-se pela associação entre as instituições políticas tradicionais e as entidades da sociedade civil mobilizadas em torno dos segmentos mais pobres e desprotegidos da população, por meio de fortes redes de proteção social.
- 66** A Reforma Administrativa de 1967, materializada no Decreto-lei n.º 200 do mesmo ano, transferiu vários tipos de atividades para as entidades da administração indireta, mas, visando impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, promoveu a descentralização de tarefas executivas, mediante contratos com a iniciativa privada.
- 67** Uma das principais vantagens apontadas na nova gestão pública, ou gerencialismo, é o fato de ela facilitar a mensuração da eficiência e a avaliação dos resultados dos serviços públicos em geral, razão pela qual reduz as exigências de acompanhamento e controle da execução dos orçamentos e da consecução dos objetivos do planejamento governamental.

A respeito dos modelos da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 68** A administração pública gerencial está voltada para o atendimento às demandas dos usuários dos serviços e a obtenção de resultados. Apóia-se fortemente na descentralização e na delegação de competência e define indicadores de desempenho, o que está associado à adoção de contratos de gestão.
- 69** O modelo gerencial puro, a partir da metade dos anos 80 do século passado, priorizou os conceitos de flexibilidade, planejamento estratégico e qualidade. Frequentemente, seus seguidores, na ânsia de atenderem o público usuário, passaram a considerá-lo cliente, o que está mais associado à realidade do mercado que à do provimento de bens públicos.
- 70** Bresser Pereira, ao caracterizar a administração pública gerencial, argumenta que ela constitui instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses de privatização do Estado. Por outro lado, considera que os funcionários públicos têm de ser merecedores de grau ilimitado de confiança.
- 71** A burocracia pública difere dos processos adotados nas empresas privadas em um aspecto fundamental: a possibilidade de um monitoramento mais efetivo. Assim, embora os serviços estatais sejam produzidos e prestados por meio de uma burocracia em que membros dominantes são nomeados por políticos, como não há propriamente mecanismos que permitam aos cidadãos sancionar direta e imediatamente as ações dos burocratas, o controle é exercido indireta e periodicamente, por ocasião da sanção ou rejeição eleitoral dos políticos.
- 72** A administração patrimonialista representa uma continuidade do modelo inspirado nas monarquias e prevalecente até o surgimento da burocracia, sendo a corrupção e o nepotismo inerentes a esse modelo. Aos cidadãos se concedem benesses, em vez da prestação de serviços, e a relação entre o governo e a sociedade não é de cidadania, e sim de paternalismo e subserviência.

Acerca da redefinição do papel do Estado e, mais especificamente, sobre a reforma do serviço civil, julgue os itens de **73** a **77**.

- 73** Na busca de novos modelos capazes de aumentar a eficiência na prestação de seus serviços, o Estado adotou práticas de privatização em sentido amplo e de associação e cooperação com particulares, como a terceirização, para o desempenho tanto de atividades-meio como das atividades-fim da administração pública.
- 74** Nos objetivos da reforma do Estado expressos no Plano Diretor aprovado em 1995, distinguiu-se a reforma do Estado da reforma do seu aparelho. Os setores de sua atuação, os assim chamados serviços não exclusivos, compreendem instituições como universidades e centros de pesquisa, sob controle estrito do Estado, cujos serviços devem ser disponibilizados à sociedade em geral e a quaisquer interessados do setor privado a título não oneroso.

- 75** A exigência, para investidura em cargo ou emprego público, de aprovação prévia ou posterior em concurso público de provas ou de provas e títulos, conjugada com o instituto da ascensão funcional, é uma imposição constitucional inspirada em princípio da administração burocrática, que consagra a admissão segundo critérios de mérito.
- 76** Uma abordagem contemporânea da administração pública apresenta características que transcendem a visão tradicional, estrita e específica. Desse modo, a função de planejamento, por exemplo, amplia-se para abarcar a análise de políticas, com seus impactos e variações resultantes da maneira como são implementadas. O setor de recursos humanos, por outro lado, não se limita a recrutamento, seleção e classificação, passando a tratar também de crescimento e desenvolvimento do funcionário, motivação e tratamento equitativo.
- 77** As avaliações de desempenho fornecem uma aferição de validade de todas as demais funções do setor de pessoal. Elas permitem, inclusive, fazer uma estimativa das próprias práticas de recrutamento e seleção, das atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento, e das decisões sobre promoções e remoções.

A respeito dos processos participativos de gestão pública, julgue os próximos itens.

- 78** O Conselho de Gestão Fiscal (CGF), nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao institucionalizar a participação da sociedade civil na avaliação da gestão fiscal, constitui espaço de interseção entre o aparelho administrativo estatal e o público não-estatal, como um instrumento de controle social do Estado.
- 79** São preceitos constitucionais, a serem atendidos nas leis orgânicas municipais, a cooperação das chamadas associações representativas no planejamento municipal e a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico não só do município, como também da cidade ou mesmo de bairros, requerendo-se, entretanto, para tais projetos, participação percentual mínima do eleitorado.
- 80** Como forma de redução das despesas públicas dos municípios com menos de 50 mil habitantes, estão os mesmos desobrigados da divulgação dos relatórios de gestão fiscal resumidos da execução orçamentária.
- 81** A adoção de normas e padrões simplificados para prestação e consolidação de contas para os pequenos municípios, prevista na LRF, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação da atuação das respectivas administrações públicas, constitui atribuição específica do recém-implementado CGF.
- 82** Algumas das críticas relacionadas às experiências com o orçamento participativo dizem respeito às restrições aos poderes do Legislativo, à falta de cumprimento das decisões adotadas e às distorções na legitimidade dos instrumentos e processos referentes às assembléias populares.
- 83** A Comissão de Orçamento do Congresso Nacional pretende viabilizar a apresentação de emendas populares, além das individuais e coletivas, como medida para tornar participativo o orçamento federal. Essa participação se daria na forma de alocação de recursos para despesas de custeio no âmbito local.

Em relação aos instrumentos de planejamento e orçamento público, julgue os itens subseqüentes.

- 84** A Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao determinar a inclusão, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive das entidades em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, que recebam recursos do Tesouro Nacional, está coerente com o princípio da pluralidade.
- 85** Suponha-se que o orçamento para 2009 não leve em conta as advertências de vários especialistas e contenha uma estimativa de crescimento do PIB da ordem de 5%. Nesse caso, a justificativa de que o orçamento é meramente autorizativo possibilitará suplementações de crédito ao longo do exercício, aumentando a flexibilidade na execução do orçamento.
- 86** Uma unidade orçamentária pode descentralizar créditos referentes a ações sob sua responsabilidade, sem prévia autorização legislativa, mas essa transferência não pode modificar a categoria de programação em que os respectivos recursos deverão ser aplicados.
- 87** O orçamento da seguridade social consignará dotações para o pagamento do seguro-desemprego, que corresponderá a dois salários mínimos de remuneração mensal.
- 88** O incrementalismo orçamentário desvirtua ou compromete a desejável integração entre o planejamento e o orçamento. De acordo com essa sistemática, a “base” formada pelos programas já introduzidos no orçamento tende a perpetuar-se, com pequenos incrementos, compreendendo a maior parte dos recursos. Alguns autores denominam essa tendência de resistência à mudança, à revisão dos objetivos, diretrizes e metas, como inércia ou inercialidade.
- 89** A Constituição Federal de 1988, ao tratar das emendas de despesa aos projetos do orçamento anual ou suas modificações, condicionou a sua aprovação à indicação dos recursos que as viabilizem e que dependerão da anulação de algumas outras dotações.
- 90** A estimativa de arrecadação pode ser efetuada para o conjunto das receitas, desde que utilizados os mesmos parâmetros para cada tipo de receita. Mesmo para as despesas financeiras por fontes específicas, a eventual insuficiência de recursos de determinada fonte pode ser suprida ou compensada mediante transferência de recursos de uma fonte para outra.

A respeito das teorias administrativas e da dinâmica das organizações, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** O gestor público que se preocupa em eliminar o desperdício de esforço desenvolvido pelos demais colaboradores, procurando racionalizar as tarefas e eliminar os movimentos inúteis, adota pressupostos coerentes com a abordagem clássica da administração.
- 92** Um marco na abordagem clássica da administração foi a experiência de Hawthorne, que buscou enfatizar a importância das condições do ambiente de trabalho para obter a maior eficiência e racionalização das tarefas.
- 93** A teoria estruturalista contempla uma abordagem múltipla, envolvendo tanto a organização formal como a organização informal.

- 94** Segundo a teoria de sistemas, as funções de um sistema independem de sua estrutura.
- 95** Na teoria da contingência, são enfatizados modelos organizacionais mais flexíveis e orgânicos, como a estrutura em redes.
- 96** Segundo o modelo de Vroom, a motivação para produzir em uma entidade está calcada estritamente nas recompensas ofertadas pela organização.
- 97** Segundo a teoria proposta por Herzberg, o aumento salarial dado a uma categoria de servidores públicos, por exemplo, não seria um fator motivacional.
- 98** O *managerial grid* (grade gerencial) proposto por Blake e Mouton pressupõe que o administrador deva se preocupar apenas com os resultados.
- 99** A reunião anual que tradicionalmente é realizada pela diretoria para apresentar resultados e homenagear aqueles que alcançaram ou superaram as metas propostas pela organização pode ser citada como exemplo de artefato da cultura organizacional.
- 100** No que tange ao processo decisório, a organização é percebida como um sistema de decisões, em que o comportamento humano é visualizado de maneira similar pelas várias teorias da administração, seja ela clássica, humanista, sistêmica ou contingencial.

Acerca do planejamento organizacional, julgue os itens seguintes.

- 101** Segundo Mintzberg, a organização que forma sua estratégia como um processo visionário adota a escola do *design*.
- 102** A escola de poder pressupõe a estratégia como um processo de negociação.
- 103** A formação da estratégia como um processo coletivo é uma característica da escola cultural.
- 104** O *balance scorecard* se concentra na utilização de indicadores puramente financeiros ou quantitativos.
- 105** O *balance scorecard* possibilita que as decisões vinculadas às atividades diárias possam estar alinhadas com a estratégia e a visão organizacional.

Em relação ao arranjo, ao desenho organizacional e aos tipos de estruturas, julgue os itens que se seguem.

- 106** A estrutura organizacional que possui apenas três grandes áreas e nelas enfatiza as chefias das áreas específicas como pessoas, finanças e produção é um exemplo de estrutura matricial.
- 107** A organização que possui uma estrutura organizacional em que a autoridade é única e centralizada, com aspecto piramidal, pode ser descrita como uma estrutura linear.

A respeito de mapeamento de processos e instrumentos gerenciais, julgue os itens de **108** a **115**.

- 108** O losango é o símbolo que representa a possibilidade de alternativas, escolha e opções para a seqüência do fluxo.
- 109** Uma das regras básicas na elaboração de fluxogramas é de que todos os símbolos devem possuir pelo menos uma entrada e pelo menos uma saída.

- 110** Existem diversas técnicas e formas de elaborar fluxogramas; a escolha da técnica e das simbologias mais ou menos detalhadas depende do tipo e da complexidade do processo a ser mapeado.
- 111** A análise e a simplificação de processos pressupõem uma visão sistêmica da organização e não, simplesmente, uma visão funcional de cada setor.
- 112** O manual de política é um tipo de manual que tem como finalidade veicular instruções corretas aos preparadores de informações a serem processadas por um centro de serviços.
- 113** Com a realização de uma consciente avaliação de desempenho, o gestor pode ter certeza de que estará realizando uma efetiva gestão do desempenho.
- 114** A gestão de competências envolve a definição de quais são os conhecimentos, as habilidades e as atitudes importantes para a organização alcançar seus objetivos estratégicos.
- 115** A gestão do conhecimento é um processo integrado destinado a criar, organizar, disseminar e intensificar o conhecimento para melhorar o desempenho global da organização.

Quanto à estrutura regimental do MTE prevista nos Decretos n.ºs 5.063/2004 e 6.341/2008, julgue os itens a seguir.

- 116** Considere a seguinte situação hipotética.
Márcio é consultor jurídico do MTE há 2 anos. Integram a sua equipe de trabalho 8 advogados e 6 agentes administrativos. Em março de 2009, Márcio pretende fixar uma interpretação de determinada lei a ser uniformemente seguida pela sua equipe de trabalho nos pareceres da consultoria. Nessa situação, Márcio poderá fixar a interpretação da lei se não houver orientação normativa do advogado-geral da União.
- 117** O secretário-executivo do MTE tem o papel principal de gestor das políticas do órgão, cabendo-lhe submeter ao ministro de Estado o plano de ação global do MTE e a formulação e proposição de políticas para a democratização das relações de trabalho de maneira a fortalecer o diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores.
- 118** Considere a seguinte situação hipotética.
Josmar reside em um município no interior do estado de Minas Gerais e pretende constituir empresa de trabalho temporário na região. Jamir, advogado de Josmar, informou ao seu cliente que a concessão e o cancelamento de registro de empresas de trabalho temporário são da competência da Secretaria de Relações do Trabalho do MTE. Nessa situação, Jamir deu a informação correta a seu cliente.
- 119** O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é órgão de assistência direta e imediata do ministro do MTE.
- 120** O Conselho Deliberativo do FAT é o órgão colegiado do MTE que tem, entre as suas competências, a de elaborar a proposta orçamentária do FAT.